



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE

PLANO NACIONAL DE BARRAGENS DE ELEVADO POTENCIAL HIDROELÉTRICO

Visão Integrada da Utilização,
Renaturalização e Proteção dos Rios



Estrutura

1. Introdução
2. Regime de Caudais Ecológicos
3. Remoção de Infraestruturas Hidráulicas Transversais
4. Plano de Mini-Hídricas
5. Plano Nacional de Barragens



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE

1. Introdução

1. Introdução



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE

Esta visão integrada
de utilização,
renaturalização e
proteção dos rios
assenta em
3 Pilares fundamentais



1. Introdução



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE

O Programa do XXI Governo Constitucional determinou a necessidade de:

“Reavaliar o Plano Nacional de Barragens , no que diz respeito às barragens cujas obras ainda não se iniciaram”

No entanto, o Ministério do Ambiente fez um trabalho mais profundo, uma vez que esta avaliação ficaria incompleta do ponto de vista ambiental se não fosse conjugada com:

- Revisão dos mecanismos de fixação de caudais ecológicos;
- Reavaliação do Plano de Mini-Hídricas;
- Identificação de infraestruturas hidráulicas obsoletas.



2. Caudais Ecológicos

2. Caudais Ecológicos



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE

Tripla Tarefa:

Definição de RCE

Instalação de dispositivos
hidráulicos para descarga do
Regime de Caudais
Ecológicos

Monitorização dos
Ecossistemas Aquáticos e
Ribeirinhos

Compromisso:

Desenvolver todas as medidas necessárias, incluindo legislativas, para garantir que, em 2018, todos os dispositivos de lançamento de caudais ecológicos previstos estejam implementados nas barragens e a respetiva monitorização iniciada.



3. Remoção de Infraestruturas Hidráulicas Transversais

3. Remoção de Infraestruturas Hidráulicas Transversais



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE

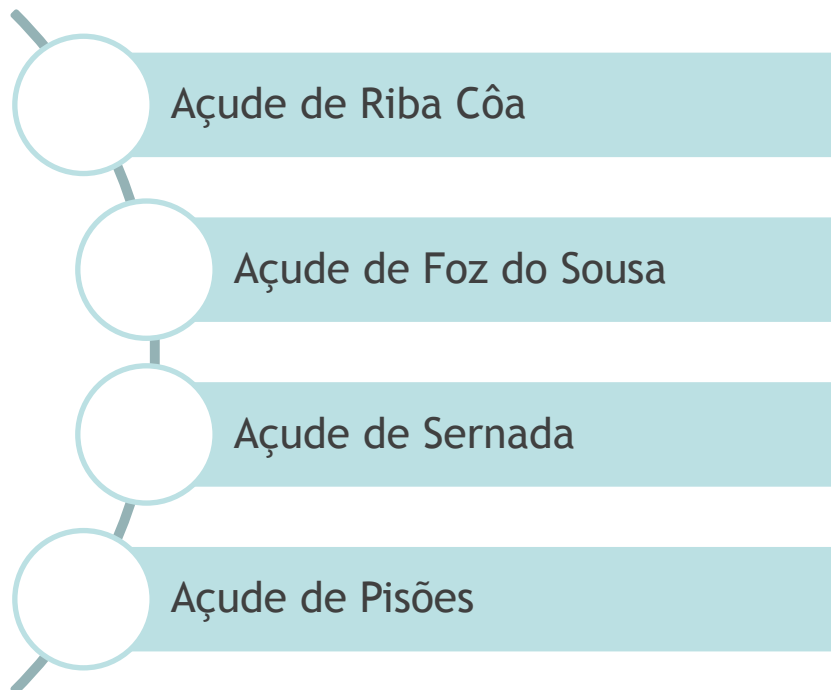
Razões que podem levar à remoção:

- Obsolescência;
- Aspetos ambientais;
- Reposição da conectividade fluvial;
- Existência de alternativas que constituam melhor solução ambiental;
- Redução de riscos, incluindo segurança das infraestruturas;
- Assoreamento da albufeira;
- Custos de exploração e manutenção.

3. Remoção de Infraestruturas Hidráulicas Transversais



8 Infraestruturas Hidráulicas Identificadas para demolição:





4. Mini-Hídricas

4. Mini-Hídricas



Tendo em conta que:

- Os impactes ambientais dos aproveitamentos mini-hídricos são geralmente mais significativos, proporcionalmente à energia produzida, que os correspondentes aos grandes aproveitamentos;
- Reduzida adesão ao concurso lançado em 2010.

4. Mini-Hídricas



Compromisso:

Revogar a Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2010, de 10 de setembro, de modo a garantir o não lançamento de novo procedimento para os 100 MW adicionais considerando ainda rever a potência a instalar (250 MW) prevista na referida Resolução, mantendo os processos concursados como previsto.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE

5. Plano Nacional de Barragens

5. Plano Nacional de Barragens



Critérios que estiveram na base da reavaliação do Plano Nacional de Barragens

Aspetos Jurídicos/Contratuais



Aspetos Financeiros



Expectativas dos Municípios Abrangidos



Metas Energias Renováveis e Descarbonização da Economia Portuguesa



5. Plano Nacional de Barragens



REPÚBLICA
PORTUGUESA

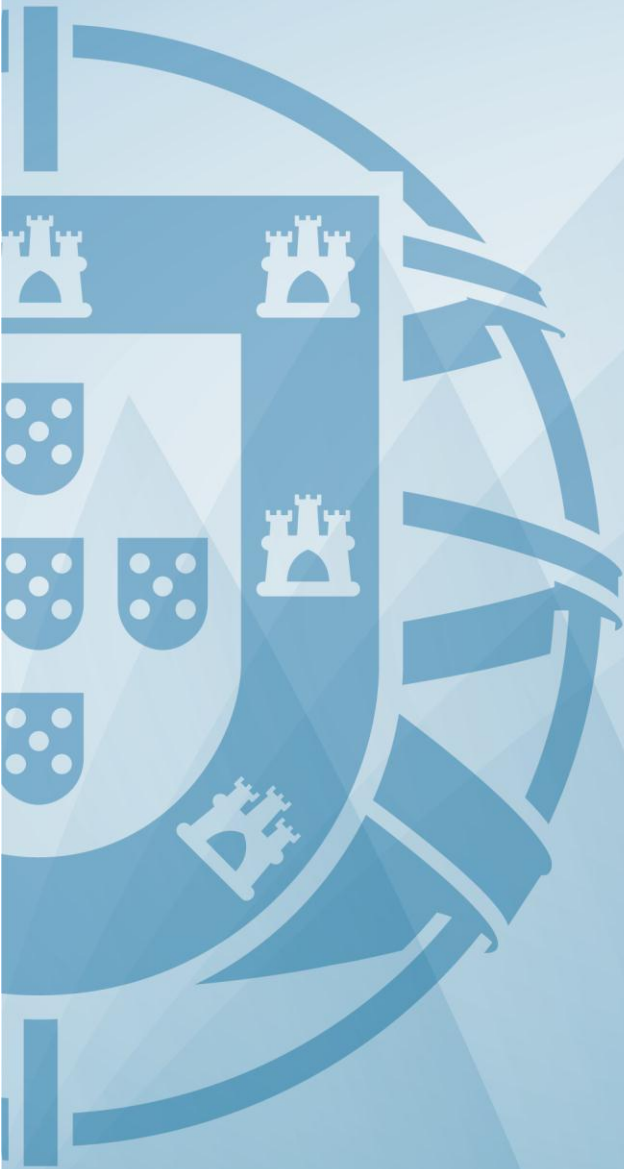
GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE

Compromissos:

Serão retirados do
PNBEPH os
Aproveitamentos
Hidroelétricos de,
Alvito e Girabolhos

Suspender por 3
anos a execução do
AH do Fridão

Finalizar a
construção dos
restantes 4 AH (Foz
Tua, Gouvães,
Daivões e Alto
Tâmega)



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE

Obrigado!